

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.332.669 - DF (2018/0184343-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : **SIND TRAB EMP TELECOMUNICACOES OPER MESAS TELEFONICAS**  
**ADVOGADOS** : **MARIA EDITH FERREIRA DE MORAIS SOUZA - DF004017**  
: **BRUNO DE MORAIS SOUZA - DF029262**  
**AGRAVADO** : **FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL**  
**ADVOGADOS** : **TIAGO DE OLIVEIRA BRASILEIRO - MG085170**  
: **JOÃO JOAQUIM MARTINELLI E OUTRO(S) - RJ139475**

**EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E OPERADORES DE MESAS TELEFÔNICAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que inadmitiu seu recurso especial.

É o relatório.

Passo a decidir.

O presente recurso não deve ser conhecido, ante a ausência de efetiva impugnação ao fundamento da decisão agravada.

O juízo negativo de admissibilidade está fundamentado na ausência de prequestionamento da matéria recursal, motivo pelo qual foram aplicadas as Súmulas 282/STF e 211/STJ.

Nas razões do agravo, a recorrente afirma que "*o agravo interno interposto pelo SINTTEL ES, contra a r. decisão monocrática do Desembargador relator do agravo de instrumento, questionou SIM a violação expressa do artigo 520 do CPC*". Transcreve trecho do acórdão que entende

comprovar o prequestionamento da matéria pertinente a este dispositivo legal.

Tais razões, todavia, não impugnam o fundamento da decisão agravada.

Para que reste configurado o prequestionamento da matéria é imprescindível que o Tribunal de origem tenha sobre ela emitido juízo, aplicando-a ou afastando-a na análise do caso concreto, não sendo necessário que o acórdão indique expressamente os dispositivos legais pertinentes.

Cumprir observar, que o Código de Processo Civil de 2015, em seu artigo 1.025, não autoriza o entendimento de que a oposição de embargos declaratórios, por si só, já supre o prequestionamento. Observe-se que somente se consideram como inclusas na decisão recorrida as questões suscitadas em embargos de declaração quando "*o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade*".

Destarte, tendo o Tribunal de origem negado seguimento ao recurso especial ante a falta de prequestionamento da matéria, caberia ao agravante demonstrar o equívoco da decisão, o que somente pode ser feito com a transcrição de trechos do acórdão que tornem claro ter havido manifestação sobre o tema, o que não se observa na espécie.

Observe-se que o artigo 520 do Código de Processo Civil trata do procedimento a ser observado no cumprimento provisório de sentença:

*Art. 520. O cumprimento provisório da sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo será realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo, sujeitando-se ao seguinte regime:*

*I - corre por iniciativa e responsabilidade do exequente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os danos que o executado haja sofrido;*

*II - fica sem efeito, sobrevivendo decisão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior e liquidando-se eventuais prejuízos nos mesmos autos;*

*III - se a sentença objeto de cumprimento provisório for modificada ou anulada apenas em parte, somente nesta ficará sem efeito a execução;*

*IV - o levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem transferência de posse ou alienação de*

*propriedade ou de outro direito real, ou dos quais possa resultar grave dano ao executado, dependem de caução suficiente e idônea, arbitrada de plano pelo juiz e prestada nos próprios autos.*

*§ 1º No cumprimento provisório da sentença, o executado poderá apresentar impugnação, se quiser, nos termos do art. 525.*

*§ 2º A multa e os honorários a que se refere o § 1º do art. 523 são devidos no cumprimento provisório de sentença condenatória ao pagamento de quantia certa.*

*§ 3º Se o executado comparecer tempestivamente e depositar o valor, com a finalidade de isentar-se da multa, o ato não será havido como incompatível com o recurso por ele interposto.*

*§ 4º A restituição ao estado anterior a que se refere o inciso II não implica o desfazimento da transferência de posse ou da alienação de propriedade ou de outro direito real eventualmente já realizada, ressalvado, sempre, o direito à reparação dos prejuízos causados ao executado.*

*§ 5º Ao cumprimento provisório de sentença que reconheça obrigação de fazer, de não fazer ou de dar coisa aplica-se, no que couber, o disposto neste Capítulo.*

Assim, para que se pudesse falar em prequestionamento deste dispositivo legal seria imprescindível que o Tribunal de origem tivesse se manifestado sobre o procedimento processual no cumprimento provisório de sentença.

Todavia, em que pese a agravante transcreva trecho do acórdão recorrido, este simplesmente não comprova que o Tribunal de origem teria apreciado esta questão. A bem da verdade, o trecho apresentado torna inequívoco que a questão a apreciada pelo Tribunal de origem não guarda qualquer relação com o artigo 520, apenas servindo a confirmar o acerto da decisão agravada.

**Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**